



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0023063-25.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Saúde**
 Requerente: **Ronaldo Eugenio da Silva**
 Requerido: **Município de São Carlos e outro**

CONCLUSÃO

Em 19 de agosto de 2014, faço conclusos estes autos a MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dra. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela, proposta por **RONALDO EUGÊNIO DA SILVA** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e **ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que padece de psoríase, uma doença de pele que gera feridas no corpo todo, inclusive nas partes íntimas e está fazendo tratamento há 16 anos. Aduz que os medicamentos utilizados não surtem mais efeitos, razão pela qual foi lhe prescrito o uso do fármaco HUMIRA (ADALIMUMABE – seringa de 40 mg, num total de 80 mg – duas seringas) feito pela Habut Laboratório, com 40 mg a cada 14 dias. Informa que, por intervenção de seu médico, conseguiu gratuitamente, até fevereiro de 2012 as injeções. Diz não possuir condições para comprar o medicamento, discorre sobre os deveres do Estado e requer a antecipação dos efeitos da tutela. Com a inicial vieram os documentos de fls. 24/35.

Pela decisão de fls. 58 foram antecipados os efeitos da tutela jurisdicional, determinando-se aos réus o fornecimento do medicamento, na forma prescrita.

Citado (fls. 65), o Município de São Carlos apresentou contestação fls. 69/81, fundamentando, que a saúde é um direito de todos e, como tal, deve ser garantido o acesso universal e igualitário, mediante políticas sociais e econômicas. Requereu a improcedência do pedido.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 93/101), alegando que a Administração não pode ser obrigada a fornecer medicamento em razão de mera indicação do médico do paciente, mediante prescrição ou relatório sumários. Sustenta, ainda, que o pedido de atendimento preferencial postulado pelo autor afronta o princípio



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

constitucional da igualdade; que o direito à saúde refere-se à efetivação de políticas públicas que alcancem a população como um todo, assegurando-lhe acesso universal e igualitário e não em situações individualizadas, frisando que o orçamento é escasso e que é elaborado tendo em vista metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias. Requereu a improcedência do pedido.

Réplica às fls. 104/114.

Instados a se manifestar sobre a pretensão na produção de provas, a Fazenda Pública pugnou pela produção de prova pericial a fim de se comprovar a eficácia da medicação prescrita, em confronto com os medicamentos substitutivos fornecidos pelo SUS (fls. 117).

As partes apresentaram quesitos de fls. 122/123 (FESP), 125/126 (autor) e 129/130 (Município).

Juntou-se aos autos Relatório de Perícia Médica (fls. 152/154) e complementação (fls. 166).

O Ministério Público manifestou pela procedência do pedido (fls. 173/176).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido comporta acolhimento.

Cabe aos Estados e Municípios ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos e acessórios necessários à saúde, para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa da declaração de necessidade de fls. 13.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não pode servir de escusa para o não fornecimento de medicamento e acessórios necessários à saúde, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Ressalte-se que o laudo pericial concluiu que "o periciando apresentou melhoras significativas e sem efeitos colaterais, tendo indicação clínica de manter o tratamento" (fls. 154).

Não se discute sobre a existência de outras alternativas terapêuticas. Essa informação é de conhecimento público, inclusive do médico que assiste o autor e ninguém melhor do que ele para saber do que necessita o seu paciente, avaliando a resposta frente a outros tratamentos já realizados.

Assim, tem o autor direito ao tratamento de sua patologia através do medicamento requerido, não cabendo ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha o paciente.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, ficando mantida, a tutela antecipada, para tratamento com o medicamento HUMIRA.

Diante da sucumbência, condeno os requeridos, solidariamente, ao pagamento das custas processuais, na forma da lei e dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 700,00 (setecentos reais).

P. R. I. C.

São Carlos, 19 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**